

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO N.º 048/2026
PREGÃO ELETRÔNICO N.º 21/2026

OBJETO: Pregão Eletrônico para aquisição de redes de proteção esportiva confeccionadas em fio poliéster 3,0 mm, com malha reforçada de 10 cm, na cor preta, destinadas à contenção de bolas e à recomposição da proteção perimetral das quadras do Ginásio Municipal, da Quadra da Olaria e da Quadra do Ibaré, em conformidade com as dimensões e especificações técnicas definidas no processo, através de recurso oriundo de Emenda Parlamentar De Transferência Especial cadastrada no Transferegov sob nº 202328730002, de autoria do Deputado Federal MAURÍCIO DZIEDRICKI.

INÍCIO DO RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: 21/07/2026 às 08h00min

LIMITE PARA RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: 31/07/2026 às 08h30min

ABERTURA DAS PROPOSTAS: 31/07/2026 às 08h31min

INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA: 31/07/2026 às 10h30min

LOCAL: Município de Lavras do Sul nos seguintes endereços eletrônicos: www.pregaobanrisul.com.br para anexar proposta financeira e participar da sessão de lances. No site www.pregaoonlinebanrisul.br/editais/pesquisar para conhecer a íntegra do Edital e seus anexos.

REFERÊNCIA DE TEMPO: para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília (DF).

PRAZO DE VALIDADE DA PROPOSTA: 60 (sessenta) dias

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR ITEM

CONDIÇÕES DE PAGAMENTO: ITEM 17 DO EDITAL

CARLOS ALEXANDRE F. PEREIRA

Portaria n.º 236/2025

Pregoeiro

LAURA ALVES LEMOS

Portaria n.º 309/2025

Pregoeira

e-mail: comliclavrasdosul@gmail.com



Setor de Licitações

CNPJ 88.201.298/0001-49

Rua Cel. Meza, 373 - Centro, Cx. Postal 05 - Lavras do Sul/RS, 97390-000

(55) 3282 1658 | comliclavrasdosul@gmail.com

www.lavrasdosul.rs.gov.br

LAVRAS DO SUL
TERRA DO QUI

PROCESSO N.º 048/2026 PREGÃO ELETRÔNICO N.º 021/2026

SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER

HORÁRIO: 10h30min

LOCAL: Portal Banrisul Pregão Online - <https://pregaobanrisul.com.br/>

TIPO DE JULGAMENTO: Menor Preço por item

MODO DE DISPUTA: ABERTO

O **PREFEITO MUNICIPAL DE LAVRAS DO SUL**, no uso de suas atribuições, torna público, para conhecimento dos interessados, a realização de licitação na modalidade pregão, na forma eletrônica, com sessão pública a ser realizada através do site Banrisul Pregão Online – <https://pregaobanrisul.com.br/>, mediante o Pregoeiro Carlos Alexandre F. Pereira, designado pela portaria n.º 236/2025, e a Pregoeira Laura A. Lemos, designada pela Portaria n.º 309/2025, objetivando o registro de preços para o fornecimento dos bens descritos no item 2 deste Edital e **ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA**, e nos termos da Lei Federal n.º 14.133 de 1º de abril de 2021.

1. DO LOCAL, DATA E HORA:

1.1. A sessão pública será realizada no site Banrisul Pregão Online – <https://pregaobanrisul.com.br/>; às 10h30min do dia ____ de ____ de 2026, horário de Brasília/DF.

1.2. Somente poderão participar da Sessão Pública as Empresas que apresentarem propostas através dos itens descritos no item 1.1., até às 8h30 do mesmo dia.

2. DO OBJETO:

2.1. Pregão eletrônico para aquisição de redes de proteção esportiva confeccionadas em fio poliéster 3,0 mm, com malha reforçada de 10 cm, na cor preta, destinadas à contenção de bolas e à recomposição da proteção perimetral das quadras do Ginásio Municipal, da Quadra da Olaria e da Quadra do Ibaré, em conformidade com as dimensões e especificações técnicas definidas no processo, através de recurso oriundo de Emenda Parlamentar De Transferência Especial cadastrada no Transferegov sob nº 202328730002, de autoria do Deputado Federal MAURÍCIO DZIEDRICKI.

, nos termos da Lei Federal n.º 14.133/21, pelo período de um (1) ano, prorrogável por igual período de acordo com a referida lei, conforme itens e quantitativos descritos no **ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA**.

3. CREDENCIAMENTO E PARTICIPAÇÃO DO CERTAME:

3.1. Para participar do certame, o licitante deve providenciar o seu credenciamento com atribuição de chave e senha, diretamente junto ao provedor do sistema, onde deverá informar-se a respeito do seu funcionamento, regulamento e instruções para a sua correta utilização.



Setor de Licitações

CNPJ 88.201.298/0001-49

Rua Cel. Meza, 373 - Centro, Cx. Postal 05 - Lavras do Sul/RS, 97390-000

(55) 3282 1658 | comliclavrasdosul@gmail.com

www.lavrasdosul.rs.gov.br

3.2. As instruções para o credenciamento podem ser acessadas no seguinte sítio eletrônico <https://pregaobanrisul.com.br/>

3.3. É de responsabilidade do licitante, além de credenciar-se previamente no sistema eletrônico utilizado no certame e de cumprir as regras do presente edital:

3.3.1. Responsabilizar-se formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assumir como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluindo a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

3.3.2. Acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e responsabilizar-se pelo ônus decorrentes da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

3.3.3. Comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a inviabilidade do uso da senha, para imediato bloqueio de acesso.

3.3.4. Utilizar a chave de identificação e a senha de acesso para participar do pregão na forma eletrônica.

3.3.5. Solicitar o cancelamento da chave de identificação ou da senha de acesso por interesse próprio.

4. DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO:

4.1. Poderão participar deste Pregão os interessados cujo ramo de atividade seja pertinente e compatível ao objeto desta licitação, que atenderem a todas as exigências, constantes deste Edital e seus Anexos e da legislação a ele correlata, inclusive quanto à documentação, e que estejam devidamente credenciadas, através do site <https://pregaobanrisul.com.br/>;

4.2. A participação no Pregão Eletrônicos e dará por meio da digitação da senha pessoal e intransferível do licitante e subsequente encaminhamento da proposta de preços, exclusivamente por meio da Plataforma Eletrônica, observada data e horário limite estabelecido.

4.3. A participação nesta licitação importa à proponente na irrestrita aceitação das condições estabelecidas no presente Edital, bem como, a observância dos regulamentos, normas administrativas e técnicas aplicáveis, inclusive quanto a recursos. A não observância destas condições ensejará no sumário IMPEDIMENTO da proponente, no referido certame;

4.4. Não cabe aos licitantes, após sua abertura, alegação de desconhecimento de seus itens ou reclamação quanto ao seu conteúdo. Antes de elaborar suas propostas, as licitantes deverão ler atentamente o Edital e seus anexos, devendo estar em conformidade com as especificações do ANEXO I (TERMO DE REFERÊNCIA);

4.5. Como requisito para participação no PREGÃO ELETRÔNICO o Licitante deverá manifestar, em campo próprio do Sistema Eletrônico, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta de preços está em conformidade com as exigências do instrumento convocatório, bem como a descritiva técnica constante do ANEXO I (TERMO DE REFERÊNCIA);

4.6. A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação e proposta sujeitará o licitante às sanções previstas no edital e Lei Federal nº 14.133;

4.7. COMO CONDIÇÃO PARA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO, A LICITANTE ASSINALARÁ “SIM” OU “NÃO” EM CAMPO PRÓPRIO DO SISTEMA ELETRÔNICO, RELATIVO ÀS SEGUINTE DECLARAÇÕES:



4.7.1. Que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49;

4.7.1.1. Nos itens exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame;

4.7.1.2. Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte.

4.7.2. Que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos;

4.7.3. Que cumpre os requisitos para a habilitação definidos no Edital e que a proposta apresentada está em conformidade com as exigências editalícias;

4.7.4. Que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

4.7.5. Que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

4.7.6. A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste Edital.

4.7.7. Declaração de inexistência de Servidor Público ou Agente Político no quadro funcional da Empresa.

4.7.8. Independentemente de declaração expressa, a simples apresentação de proposta implica submissão a todas as condições estipuladas neste Edital e seus Anexos, sem prejuízo da estrita observância das normas contidas na legislação mencionada em seu preâmbulo;

5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO:

5.1. As propostas e os documentos de habilitação exigidos no edital deverão ser enviados exclusivamente por meio do sistema eletrônico, devendo as propostas ser enviadas até a data e horário estabelecidos no preâmbulo, observando o item 6 deste edital, sendo que a habilitação constante do item 7, deverá ser anexada, em campo próprio, em momento oportuno, quando da abertura de prazo ao(s) vencedor(es).

5.2. O licitante deverá declarar, em campo próprio do sistema, sendo que a falsidade da Declaração sujeitará o licitante às sanções legais.

5.2.1. O cumprimento dos requisitos para a habilitação e a conformidade de sua proposta com as exigências do edital, respondendo o declarante pela veracidade das suas informações, na forma da lei (art. 63, I).

5.2.2. Que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas (art. 63, IV).

5.2.3. O cumprimento dos requisitos legais para a qualificação como microempresa ou empresa de pequeno porte, microempreendedor individual, produtor rural pessoa física, agricultor familiar ou sociedade cooperativa de consumo, se for o caso, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 ao 49 da Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006, como condição para aplicação do disposto no item 4.7.1 deste edital (art. 4º, §1º, I).



5.2.4. Declaração de observância do limite de R\$ 4.800.000,00 na licitação, limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte (art. 4º, § 2º).

5.2.5. Que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

5.3. Outros eventuais documentos complementares à proposta e à habilitação, que venham a ser solicitados pelo pregoeiro, deverão ser encaminhados no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis.

6. PROPOSTA:

6.1. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de abertura da sessão do pregão, estabelecida no preâmbulo desse edital.

6.2. Os licitantes deverão registrar suas propostas no sistema eletrônico, mediante o preenchimento dos seguintes campos:

6.2.1. Valor unitário e total do item;

6.2.2. Marca;

6.2.3. Fabricante;

6.2.4. Descrição detalhada do objeto, contendo as informações conforme à especificação do Termo de Referência: indicando, no que for aplicável, o modelo, prazo de validade ou de garantia, número do registro ou inscrição do bem no órgão competente, quando for o caso;

6.3. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada;

6.4. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens;

6.5. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto;

7. DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO:

Para fins de habilitação neste pregão, a licitante deverá enviar os seguintes documentos, observando o procedimento disposto no item 5. deste Edital:

7.1. HABILITAÇÃO JURÍDICA:

a) Ato constitutivo:

I. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede ou;

II. Ato constitutivo - Estatuto ou Contrato Social - e alterações em vigor, devidamente registradas e arquivadas na repartição competente, para as Sociedades Comerciais, e, em se tratando de Sociedades por Ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores, ou;

III. Inscrição do ato constitutivo, no caso de Sociedades Cíveis, acompanhada de prova da diretoria em exercício, ou;



IV. Decreto de autorização, em se tratando de empresas ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

V. Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br, ou;

VI. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada – EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores, ou;

b) Caso o representante legal da empresa, não seja sócio-gerente ou diretor, deverá anexar instrumento público ou particular de procuração, a fim de comprovar os poderes do outorgante.

c) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ/MF) ou comprovante de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF).

VII. Declaração de Idoneidade (Anexo VI)

7.2. HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA:

a) Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, emitida pela Caixa Econômica Federal em vigor;

b) Prova de regularidade perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de **Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT)**, ou Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas com os mesmos efeitos da CNDT conforme lei 12.440, de 07 de julho de 2011, em vigor;

c) Prova de regularidade para com a Fazenda Federal e a Seguridade Social, incluindo os Débitos Previdenciários, mediante apresentação de **Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União**, emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil ou pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, em vigor;

d) Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede da licitante, mediante apresentação de certidão emitida pela Secretaria competente do Estado em vigor;

e) Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede da licitante, mediante apresentação de certidão emitida pela Secretaria competente do Município;

f) Declaração de cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal conforme o modelo do Decreto Federal nº 4.358/2002;

g) Declaração de cumprimento das exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

7.3. HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

a) Certidão negativa de falência ou concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, em prazo não superior a **60** dias da data designada para a apresentação do documento;

7.4. Declaração de endereço eletrônico (e-mail) e telefones de contato de acordo com ANEXO IV – DECLARAÇÃO PARA CONTATO.

7.4.1. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

a) Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame;



Setor de Licitações

CNPJ 88.201.298/0001-49

Rua Cel. Meza, 373 - Centro, Cx. Postal 05 - Lavras do Sul/RS, 97390-000

(55) 3282 1658 | comliclavrasdosul@gmail.com

www.lavrasdosul.rs.gov.br

b) Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

7.4.2. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de licitação poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado registrado e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

8. VEDAÇÕES:

8.1. Não poderão disputar licitação ou participar da execução do contrato, direta ou indiretamente:

a) Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

b) Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

c) Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

d) Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

e) Agente público do órgão licitante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria. (art.9º, §1º).

8.2. O impedimento de que trata a alínea “a” do item 8.1, supra, será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

8.3. Durante a vigência do contrato, é vedado ao contratado contratar cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do órgão contratante ou de agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato (art. 48, parágrafo único).

9. ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA:

9.1. No dia e hora indicados no preâmbulo, o pregoeiro abrirá a sessão pública, mediante a utilização de sua chave e senha.

9.2. O licitante poderá participar da sessão pública na internet, mediante a utilização de sua chave de acesso e senha, e deverá acompanhar o andamento do certame e as operações realizadas no sistema eletrônico durante toda a sessão pública do pregão, ficando responsável pela perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão, conforme item 3.3.2 deste Edital.

9.3. A comunicação entre o pregoeiro e os licitantes ocorrerá mediante troca de mensagens em campo próprio do sistema eletrônico.

9.4. Iniciada a sessão, as propostas de preços contendo a descrição do objeto e do valor estarão disponíveis na internet.



10. CLASSIFICAÇÃO INICIAL DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DOS LANCES:

10.1. O pregoeiro verificará as propostas apresentadas e desclassificará fundamentadamente aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos no edital.

10.2. Serão desclassificadas as propostas que:

- a) Contiverem vícios insanáveis;
- b) Não obedecerem às especificações técnicas pormenorizadas no edital;
- c) Apresentarem preços inexequíveis ou permanecerem acima do orçamento estimado para a contratação;
- d) Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- e) Apresentarem desconformidade com quaisquer outras exigências do edital, desde que insanável.

10.3. A verificação da conformidade das propostas poderá ser feita exclusivamente em relação à proposta mais bem classificada.

10.4. Quaisquer inserções na proposta que visem modificar, extinguir ou criar direitos, sem previsão no edital, serão tidas como inexistentes, aproveitando-se a proposta no que não for conflitante com o instrumento convocatório.

10.5. As propostas classificadas serão ordenadas pelo sistema e o pregoeiro dará início à fase competitiva, oportunidade em que os licitantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico.

10.6. Somente poderão participar da fase competitiva os autores das propostas classificadas.

10.7. Serão aceitos somente lances em moeda corrente nacional (R\$), com VALORES UNITÁRIOS E TOTAIS com no máximo 02 (duas) casas decimais após a vírgula, considerando as quantidades constantes no **ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA.**

10.8. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos e serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do seu autor, observando o horário fixado para duração da etapa competitiva, e as seguintes regras:

10.8.1. O licitante será imediatamente informado do recebimento do lance e do valor consignado no registro.

10.8.2. O licitante somente poderá oferecer valor inferior ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema.

10.8.3. Não serão aceitos dois ou mais lances iguais e prevalecerá aquele que for recebido e registrado primeiro.

10.8.4. Serão considerados intermediários os lances iguais ou superiores ao menor já ofertado;

10.8.5. Após a definição da melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), a Administração poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

10.9. A Administração poderá realizar diligências para aferir a exequibilidade das propostas ou exigir dos licitantes que ela seja demonstrada.

11. MODO DE DISPUTA:

11.1. Será adotado o modo de disputa aberto, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, observando as regras constantes no item 9.



Setor de Licitações

CNPJ 88.201.298/0001-49

Rua Cel. Meza, 373 - Centro, Cx. Postal 05 - Lavras do Sul/RS, 97390-000

(55) 3282 1658 | comliclavrasdosul@gmail.com

www.lavrasdosul.rs.gov.br

11.2. Na fase de lances, o pregoeiro poderá, em consequência da quantidade de itens do pregão, no início da fase de lances de cada lote ou item, estabelecer uma quantidade aproximada entre dois e dez itens, para a disputa simultânea;

11.3. A etapa competitiva, de envio de lances na sessão pública, durará 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

11.4. A prorrogação automática da etapa de envio de lances será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive quando se tratar de lances intermediários.

11.5. Na hipótese de não haver novos lances, a sessão pública será encerrada automaticamente.

11.6. Encerrada a sessão pública sem prorrogação automática pelo sistema, o pregoeiro poderá assessorado pela equipe de apoio, admitir o reinício da etapa de envio de lances, em prol da consecução do melhor preço, mediante justificativa.

11.7. Na hipótese de o sistema eletrônico desconectar para o pregoeiro no decorrer da etapa de envio de lances da sessão pública e permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

11.8. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente decorridas 24 (vinte e quatro horas) após a comunicação do fato aos participantes, no sítio eletrônico <https://pregaobanrisul.com.br/>

11.9. Incumbirá à licitante acompanhar as operações no Sistema Eletrônico durante a sessão pública do Pregão Eletrônico, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo Sistema ou de sua desconexão;

12. CRITÉRIOS DE DESEMPATE:

12.1. Encerrada etapa de envio de lances, será apurada a ocorrência de empate, nos termos dos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006, sendo assegurada, como critério do desempate, preferência de contratação para as beneficiárias que tiverem apresentado as declarações de que tratam os itens 5.2.3 e 5.2.4 deste Edital;

12.1.1. Entende-se como empate, para fins da Lei Complementar nº 123/2006, aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas beneficiárias sejam iguais ou superiores em até 5% (cinco por cento) à proposta de menor valor.

12.1.2. Ocorrendo o empate, na forma do subitem anterior, proceder-se-á da seguinte forma:

a) A beneficiária detentora da proposta de menor valor será convocada via sistema para apresentar, no prazo de 5 (cinco) minutos, nova proposta, inferior àquela considerada, até então, de menor preço, situação em que será declarada vencedora do certame.

b) Se a beneficiária, convocada na forma da alínea anterior, não apresentar nova proposta, inferior à de menor preço, será facultada, pela ordem de classificação, às demais microempresas, empresas de pequeno porte ou cooperativas remanescentes, que se enquadrarem na hipótese do item 12.1. Deste edital, a apresentação de nova proposta, no prazo previsto na alínea a deste item.

12.1.3. O disposto no item 12.1.2. não se aplica às hipóteses em que a proposta de menor valor inicial tiver sido apresentado por beneficiária da Lei Complementar nº 123/2006.

12.1.4. Se não houver licitante que atenda ao item 12.1 e seus subitens, serão utilizados os seguintes critérios de desempate, nesta ordem (conforme art. 60):



a) Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

b) Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual serão utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações decorrentes de outras contratações;

d) Desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

12.2. Em igualdade de condições, se não houver desempate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

a) Empresas estabelecidas no território do Estado do Rio Grande do Sul;

b) Empresas brasileiras;

d) Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

e) Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

13. NEGOCIAÇÃO E JULGAMENTO:

13.1. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, inclusive com a realização do desempate, se for o caso, o pregoeiro poderá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta.

13.2. A resposta à contraproposta e o envio de documentos complementares, necessários ao julgamento da aceitabilidade da proposta, inclusive a sua adequação ao último lance ofertado, que sejam solicitados pelo **pregoeiro, deverão ser encaminhados no prazo fixado no item 5.3 deste Edital.**

13.3. Encerrada a etapa de negociação, será examinada a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação valor de referência da Administração.

13.4. Não serão consideradas, para julgamento das propostas, vantagens não previstas no edital.

13.5. Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor, que apresentar preço final superior ao preço máximo fixado, ou que apresentar preço manifestamente inexequível;

13.6. O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de 02 (duas) horas, sob pena de não aceitação da proposta.

13.7. O prazo estabelecido poderá ser prorrogado pelo Pregoeiro por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo, e formalmente aceito pelo Pregoeiro;

14. VERIFICAÇÃO DA HABILITAÇÃO:

14.1. Os documentos de habilitação, de que tratam os itens 7.1, 7.2, 7.3 e 7.4, enviados nos termos do item 5.1, todos deste edital, serão examinados pelo pregoeiro, que verificará a autenticidade das certidões junto aos sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores.

14.2. As certidões apresentadas na habilitação, que tenham sido expedidas em meio eletrônico, serão tidas como originais após terem a autenticidade de seus dados e certificação digital conferido pela Administração, dispensando nova apresentação, exceto se vencido o prazo de validade.

14.3. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo de 02 (duas) horas, sob pena de inabilitação;

14.4. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos;



Setor de Licitações

CNPJ 88.201.298/0001-49

Rua Cel. Meza, 373 - Centro, Cx. Postal 05 - Lavras do Sul/RS, 97390-000

(55) 3282 1658 | comliclavrasdosul@gmail.com

www.lavrasdosul.rs.gov.br

14.5. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz;

14.6. Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes à Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil ou pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, por constar no próprio documento que é válido para matriz e filiais, bem assim quanto ao Certificado de Regularidade do FGTS, quando o licitante tenha o recolhimento dos encargos centralizado, devendo, desta forma, apresentar o documento comprobatório de autorização para a centralização.

14.7. A beneficiária da Lei Complementar nº 123/2006, que tenha apresentado a declaração exigida no item 5.2.3 e 5.2.4 deste Edital e que possua alguma restrição na comprovação de regularidade fiscal e/ou trabalhista, terá sua habilitação condicionada ao envio de nova documentação, que comprove a sua regularidade, em 5 (cinco) dias úteis, prazo que poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, a critério da Administração, desde que seja requerido pelo interessado, de forma motivada e durante o transcurso do respectivo prazo.

14.8. Na hipótese de a proposta vencedora não for aceitável ou o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao edital.

A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no prazo de até 02 (duas) horas, a contar da solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico e deverá:

a) Ser redigida em língua portuguesa, digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo ser assinada pelo licitante ou seu representante legal;

b) Conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento;

c) A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso;

d) Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como, validade da proposta, marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, vinculam a Contratada;

e) Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e o valor global em algarismos e por extenso (art. 12º, II da Lei nº 14.133/2021);

f) Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos;

g) A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação;

h) A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante;

14.9. As Certidões que não possuírem prazo de validade, somente serão aceitas com data de emissão não superior a 90 (noventa) dias consecutivos de antecedência da data de abertura da sessão deste Pregão;

14.10. Constatado o atendimento às exigências estabelecidas no Edital, o licitante será declarado vencedor, oportunizando-se a manifestação da intenção de recurso.

15. RECURSO:



Setor de Licitações

CNPJ 88.201.298/0001-49

Rua Cel. Meza, 373 - Centro, Cx. Postal 05 - Lavras do Sul/RS, 97390-000

(55) 3282 1658 | comliclavrasdosul@gmail.com

www.lavrasdosul.rs.gov.br

15.1. Declarado o vencedor e decorrida a fase de regularização fiscal e trabalhista da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso, será concedido o prazo de no mínimo **15 (quinze) minutos**, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema;

15.2. Havendo quem se manifeste, caberá ao Pregoeiro verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente. Nesse momento o Pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso;

15.3. A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito;

15.4. Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de três dias para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros três dias, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses;

15.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, que, se não reconsiderar o ato ou a decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, encaminhará o recurso com a sua motivação à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

15.6. O acolhimento do recurso implicará invalidação apenas de ato insuscetível de aproveitamento.

15.7. O recurso interposto dará efeito suspensivo ao ato ou à decisão recorrida, até que sobrevenha decisão final da autoridade competente (art. 168).

16. ENCERRAMENTO DA LICITAÇÃO:

16.1. Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e esgotados os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior, que poderá:

- a) Determinar o retorno dos autos para saneamento de irregularidades;
- b) Revogar a licitação por motivo de conveniência e oportunidade;
- c) Proceder à anulação da licitação, de ofício ou mediante provocação de terceiros, sempre que presente ilegalidade insanável;
- d) Adjudicar o objeto e homologar a licitação.

b) Frustrada a negociação, o Detentor da Ata será liberado do compromisso assumido;

c) Convocar os demais licitantes que tiveram preços registrados, visando igual oportunidade de negociação;

17. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:

17.1. O pagamento será realizado no prazo mínimo de 25 (vinte e cinco) dias úteis após a entrega, e do recebimento da nota fiscal aprovada pelo servidor responsável pela fiscalização do contrato e por gestor da pasta.



17.2. Ocorrendo atraso no pagamento, os valores serão corrigidos monetariamente pelo índice do IGPM do período, ou outro índice que vier a substituí-lo, e a Administração compensará a contratada com juros de 0,5% ao mês, pro rata.

18.3. Serão processadas as retenções tributárias e previdenciárias nos termos da legislação que regula a matéria.

17.4. A nota fiscal/fatura emitida pelo fornecedor deverá conter, em local de fácil visualização, a indicação do número do processo e o número do pregão, a fim de acelerar o trâmite de recebimento do material e posterior liberação do documento fiscal para pagamento.

17.5. O preço será fixado e irrevogável, salvo as condições previstas na Lei Federal 14.133/2021, e suas alterações.

17.6. Poderá haver reequilíbrio, sendo este solicitado pela empresa e aceito pela administração municipal, devendo a empresa solicitante apresentar elementos que comprove o aumento dos insumos. Os contratos oriundos do Registro de Preços poderão ter seus preços reajustados pelo IPCA ou pelo índice que lhe vier a substituir após 12 (doze) meses a contar da data de apresentação da proposta, com data-base vinculada à data do orçamento estimado.

17.7. As despesas com a presente licitação correrão a conta da Dotação Orçamentária consignadas na proposta orçamentária do exercício, sendo informada no momento da contratação. A dotação orçamentária também poderá ser informada por ocasião da emissão da Nota de Empenho.

18. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:

18.1. O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

- a) Dar causa à inexecução parcial do contrato;
- b) Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) Dar causa à inexecução total do contrato;
- d) Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e) Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f) Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g) Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- h) Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- i) Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- j) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- l) Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- m) Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

18.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas no item deste edital as seguintes sanções:

- a) Advertência;
- b) Multa de no mínimo 0,5% (cinco décimos por cento) e máximo de 30% (trinta por cento) do valor do objeto licitado ou contratado;
- c) Impedimento de licitar e contratar, no âmbito da Administração Pública direta e indireta do órgão licitante, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.



d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

18.3. As sanções previstas nas alíneas “a”, “c” e “d” do item 18.2. do presente Edital poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista na alínea “b” do mesmo item.

19.4. A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções, conforme previsto no item 19.2 do presente Edital.

18.5. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

18.6. A aplicação das sanções previstas no item 18.2. deste Edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

18.7. Na aplicação da sanção prevista no item 18.2, alínea “b”, do presente edital, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

18.8. Para aplicação das sanções previstas nas alíneas “c” e “d” do item 18.2 do presente Edital o licitante ou o contratado será intimado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

18.9. Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, o licitante ou o contratado poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.

18.10. Serão indeferidas pela comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.

18.11. A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos nesta Lei ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, como sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

18.12. É admitida a reabilitação do licitante ou contratado perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, exigidos, cumulativamente:

- a)** Reparação integral do dano causado à Administração Pública;
- b)** Pagamento da multa;
- c)** Transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;
- d)** Cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;
- e)** Análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos neste artigo.

18.13. A sanção pelas infrações previstas nas alíneas “h” e “m” do item 18.1 do presente Edital exigirá, como condição de reabilitação do licitante ou contratado, a implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade pelo responsável.

19. PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÕES:



Setor de Licitações

CNPJ 88.201.298/0001-49

Rua Cel. Meza, 373 - Centro, Cx. Postal 05 - Lavras do Sul/RS, 97390-000

(55) 3282 1658 | comliclavrasdosul@gmail.com

www.lavrasdosul.rs.gov.br

19.1. Os pedidos de esclarecimentos referentes ao processo licitatório e os pedidos de impugnações poderão ser enviados ao pregoeiro, até três dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, por meio do seguinte endereço eletrônico: <https://pregaobanrisul.com.br/>

19.2. As respostas aos pedidos de esclarecimentos e às impugnações serão divulgadas no seguinte sítio eletrônico <https://pregaobanrisul.com.br/>;

20. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

20.1. A proponente que vier a ser contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, por conveniência da Administração, dentro do limite permitido pelo artigo 125 da Lei n.º 14.133/2021, sobre o valor inicial atualizado do contratado.

20.2. Após a apresentação da proposta, não caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo pregoeiro.

20.3. A Administração tem a prerrogativa de fiscalizar o cumprimento satisfatório do objeto da presente licitação, por meio de agente designado para tal função, conforme o disposto na Lei n.º 14.133/2021.

20.4. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

20.5. O Edital está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico, do pregão eletrônico <https://pregaobanrisul.com.br/> e no site do município <https://www.lavrasdosul.rs.gov.br> e também poderão ser lidos ou obtidas cópias no setor de Licitações, situado na Rua Cel. Meza, n.º 373, Centro, CEP: 97.390-000, e-mail: comliclavrasdosul@gmail.com – Lavras do Sul/RS, nos dias úteis, no horário das 08:00 às 14:00 horas, mesmo endereço e período no qual os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados;

20.6. Uma vez incluído no processo licitatório, nenhum documento será devolvido;

20.7. Na análise da documentação e no julgamento das Propostas Comerciais, o Pregoeiro poderá, a seu critério, solicitar o assessoramento técnico de órgãos ou de profissionais especializados;

20.8. A participação do licitante nesta licitação implica no conhecimento integral dos termos e condições inseridas neste edital, bem como das demais normas legais que disciplinam a matéria;

20.9. A presente licitação não importa, necessariamente, em contratação, podendo o Município de Lavras do Sul revogá-la, no todo ou em parte, por razões de interesse público, derivadas de fato superveniente comprovado, ou anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação, mediante ato escrito e fundamentado, disponibilizado no sistema para conhecimento dos licitantes;

20.10. Toda a documentação apresentada neste edital e seus anexos são complementares entre si, de modo que qualquer detalhe que se mencione em um documento e se omita em outro será considerado especificado e válido;

20.11. Fica eleito o Foro da Comarca de Lavras do Sul para dirimir quaisquer litígios oriundos da licitação e do contrato dela decorrente, com expressa renúncia a outro qualquer, por mais privilegiado que seja.

20.12. Integra este Edital, para todos os fins e efeitos, o(s) seguinte(s) anexo(s):

20.12.1. ANEXO I — Termo de Referência;

20.12.2. ANEXO II – Minuta de contrato.

20.12.3. ANEXO III – Declaração de Contato

20.12.4. ANEXO IV – Declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social;

20.12.5. ANEXO V – Declaração de Inidoneidade.

Lavras do Sul, 23 de junho de 2026.



Setor de Licitações

CNPJ 88.201.298/0001-49

Rua Cel. Meza, 373 – Centro, Cx. Postal 05 – Lavras do Sul/RS, 97390-000

(55) 3282 1658 | comliclavrasdosul@gmail.com

www.lavrasdosul.rs.gov.br

Renan Leal Delabary
Prefeito Municipal de Lavras do Sul



Setor de Licitações

CNPJ 88.201.298/0001-49

Rua Cel. Meza, 373 - Centro, Cx. Postal 05 - Lavras do Sul/RS, 97390-000

(55) 3282 1658 | comliclavrasdosul@gmail.com

www.lavrasdosul.rs.gov.br



ANEXO I — TERMO DE REFERÊNCIA

TERMO DE REFERÊNCIA

SETOR REQUISITANTE: Secretaria de Esportes e Lazer

RESPONSÁVEL: Paulo Sergio Marques Correa

PRIORIDADE: alto

1. OBJETO

Constitui objeto da presente contratação a aquisição de redes de proteção esportiva confeccionadas em fio poliéster 3,0 mm, com malha reforçada de 10 cm, na cor preta, destinadas à contenção de bolas e à recomposição da proteção perimetral das quadras do Ginásio Municipal, da Quadra da Olaria e da Quadra do Ibaré, em conformidade com as dimensões e especificações técnicas definidas no processo, através de recurso oriundo de Emenda Parlamentar De Transferência Especial cadastrada no Transferegov sob nº 202328730002, de autoria do Deputado Federal MAURÍCIO DZIEDRICKI.

O objeto compreende o fornecimento de material adequado ao uso esportivo contínuo, com resistência mecânica, integridade e acabamento compatíveis com sua finalidade, de modo a contribuir para a segurança dos usuários, a adequada funcionalidade dos espaços esportivos e à continuidade regular das atividades desenvolvidas nos locais atendidos.

Conforme itens e quantidades descritos a seguir.

LOTE	ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QTD	VALOR UNIT. ESTIMADO
1	1	Rede de proteção confeccionada em fio de poliéster 3,0 mm, na cor preta, com malha reforçada de 10 cm, resistente e adequada para instalação no entorno de quadras esportivas, proporcionando segurança e durabilidade.	METRO	1200	R\$ 34,90

Valor total estimado: R\$ 41.880,00

2. JUSTIFICATIVA

A contratação justifica-se pela necessidade de recompor e padronizar a proteção perimetral das quadras do Ginásio Municipal, da Quadra da Olaria e da Quadra do Ibaré, locais destinados à prática esportiva, recreativa e à realização de atividades comunitárias.

A insuficiência ou deterioração das redes de contenção compromete o uso adequado desses espaços, uma vez que favorece a saída frequente de bolas para áreas externas de circulação, acessos, arquibancadas e entorno das quadras, com prejuízo à segurança e à regularidade das atividades desenvolvidas.

No contexto identificado, a ausência de proteção eficiente reduz a funcionalidade da infraestrutura esportiva já disponível ao Município, provoca interrupções recorrentes em partidas e treinos, dificulta a organização do



Setor de Licitações

CNPJ 88.201.298/0001-49

Rua Cel. Meza, 373 - Centro, Cx. Postal 05 - Lavras do Sul/RS, 97390-000

(55) 3282 1658 | comliclavrasdosul@gmail.com

www.lavrasdosul.rs.gov.br

ambiente e amplia a exposição de atletas, estudantes, servidores, espectadores e demais frequentadores a ocorrências decorrentes da projeção de bolas para fora da área de jogo.

Trata-se, portanto, de demanda diretamente relacionada à conservação da utilidade dos equipamentos públicos e à manutenção de condições adequadas de uso.

A não contratação mantém riscos relevantes de natureza operacional e de segurança.

Permanecem as interrupções constantes das atividades esportivas, o aumento da probabilidade de acidentes com pessoas que transitam ou permanecem no entorno das quadras, o desgaste da rotina de utilização dos espaços e a redução da qualidade do serviço público ofertado nas áreas de esporte e lazer.

Além disso, a permanência do problema tende a gerar necessidade de intervenções corretivas pontuais, menos eficientes do ponto de vista administrativo e menos adequadas sob a perspectiva preventiva.

O interesse público encontra-se evidenciado na necessidade de assegurar ambientes esportivos mais seguros, organizados e aptos ao uso contínuo pela população.

A aquisição das redes de proteção contribui para a fruição regular dos espaços municipais, favorece a prática esportiva em condições apropriadas e preserva a funcionalidade das quadras como bens públicos voltados ao atendimento coletivo.

A medida também fortalece a utilização racional da estrutura já existente, ao conferir melhor desempenho ao ambiente esportivo sem ampliação desnecessária do escopo da contratação.

A solução adotada guarda alinhamento com as metas institucionais de manutenção da infraestrutura pública, promoção do esporte e do lazer, continuidade das atividades ofertadas à comunidade e aprimoramento das condições de segurança nos equipamentos municipais.

Ainda que a demanda não conste originalmente do Plano de Contratações Anual vigente, sua inclusão decorre de necessidade concreta verificada nos locais atendidos, em consonância com a prioridade administrativa de preservação da funcionalidade e da segurança dos espaços públicos.

Os ganhos esperados com a contratação abrangem, de forma objetiva, maior eficiência no uso das quadras, redução de interrupções durante jogos e treinamentos, melhoria da segurança dos usuários e do público, continuidade das atividades esportivas e elevação do padrão de qualidade dos ambientes atendidos.

Também se esperam melhores condições de controle do espaço, menor incidência de transtornos no entorno das áreas de jogo e maior durabilidade da solução, desde que observado o padrão técnico definido para o material.

Dessa forma, a contratação apresenta pertinência administrativa, adequação técnica e compatibilidade com o interesse público envolvido.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

A solução adotada consiste na aquisição de redes de proteção esportiva confeccionadas em fio poliéster 3,0 mm, com malha reforçada de 10 cm, na cor preta, destinadas à contenção de bolas e à recomposição da proteção perimetral das quadras do Ginásio Municipal, da Quadra da Olaria e da Quadra do Ibaré.

Trata-se de solução material de proteção física, voltada à melhoria das condições de segurança, à redução de interrupções nas atividades esportivas e à preservação da funcionalidade dos espaços públicos de esporte e lazer.



Setor de Licitações

CNPJ 88.201.298/0001-49

Rua Cel. Meza, 373 - Centro, Cx. Postal 05 - Lavras do Sul/RS, 97390-000

(55) 3282 1658 | comliclavrasdosul@gmail.com

www.lavrasdosul.rs.gov.br

O funcionamento da solução ocorre mediante a instalação das redes nos trechos definidos pelos levantamentos e plantas constantes do processo, com observância das dimensões, alturas e extensões previstas para cada local.

Uma vez fixadas em estrutura existente ou em pontos de ancoragem adequados, as redes passam a atuar como barreira de contenção, absorvendo o impacto das bolas e reduzindo sua projeção para fora da área de jogo, inclusive para áreas de circulação, acessos, arquibancadas e entorno das quadras.

Componentes e entregáveis principais:

- fornecimento das redes de proteção esportiva em fio poliéster 3,0 mm, malha 10 cm, na cor preta;
- material em conformidade com as dimensões e quantitativos definidos no processo;
- produto com resistência mecânica compatível com o uso esportivo contínuo, integridade das malhas e nós, acabamento uniforme e ausência de defeitos que comprometam seu desempenho;
- acondicionamento e transporte em condições adequadas à preservação do material até a entrega;
- recebimento com conferência de metragem, espessura do fio, padrão da malha e condições gerais do produto.

Fluxo de execução da solução, de ponta a ponta:

- consolidação da necessidade administrativa, com base na insuficiência ou deterioração da proteção perimetral das quadras atendidas;
- definição do padrão técnico do material, já estabelecido no processo, com base nas características necessárias à contenção de bolas e à compatibilidade com os ambientes esportivos;
- levantamento das dimensões e quantitativos por local, conforme plantas e documentos técnicos anexos;
- contratação do fornecimento do material especificado;
- entrega das redes nas condições e quantitativos definidos;
- recebimento provisório ou conferência inicial, com verificação física do material entregue quanto à integridade, metragem, espessura do fio, malha e conformidade com a especificação;
- aceite do objeto após confirmação de aderência ao padrão técnico estabelecido no processo;
- instalação das redes nos locais previstos, em conformidade com o projeto e com as estruturas de fixação disponíveis;
- utilização regular da solução nos ambientes esportivos, com inspeções periódicas para identificação de rasgos, pontos de desgaste, afrouxamentos ou outros danos decorrentes do uso contínuo;
- realização de reparos localizados ou substituições pontuais quando constatadas falhas que reduzam a capacidade de contenção.

Premissas da solução:

- compatibilidade integral entre o material fornecido e o padrão técnico definido no processo;
- observância das medidas e alturas constantes dos levantamentos e plantas dos três locais atendidos;
- existência de condições adequadas de instalação e fixação nos ambientes contemplados;
- fornecimento de material novo, íntegro e apto ao uso esportivo contínuo;
- manutenção simples, baseada em inspeções periódicas e intervenções pontuais, sem complexidade operacional relevante.

Interações com a Administração:

- disponibilização das informações técnicas, medidas e locais de entrega constantes do processo;
- acompanhamento do fornecimento e conferência do objeto entregue;



Setor de Licitações

CNPJ 88.201.298/0001-49

Rua Cel. Meza, 373 - Centro, Cx. Postal 05 - Lavras do Sul/RS, 97390-000

(55) 3282 1658 | comliclavrasdosul@gmail.com

www.lavrasdosul.rs.gov.br

- verificação da conformidade do material com as especificações técnicas estabelecidas;
- registro do recebimento e do aceite do objeto, após a constatação de aderência ao que foi contratado;
- acompanhamento da utilização do material e das condições gerais de conservação após a instalação.

A solução apresenta escopo objetivo e compatível com a necessidade identificada, concentrando-se no fornecimento do material efetivamente necessário para restaurar a proteção perimetral das quadras contempladas.

Sua efetividade depende da correspondência entre o produto entregue e as especificações técnicas definidas, da correta instalação conforme os levantamentos do processo e da adoção de rotina mínima de conservação. Nessas condições, a contratação atende à finalidade de ampliar a segurança dos usuários, reduzir a saída de bolas para áreas externas e assegurar melhores condições de uso dos espaços esportivos municipais.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Os requisitos da contratação estão organizados em grupos técnicos, operacionais, de desempenho e normativos, limitados aos elementos estritamente necessários ao atendimento da necessidade pública identificada, sem inclusão de exigências acessórias que restrinjam indevidamente a competitividade.

1. Requisitos técnicos obrigatórios

- Fornecimento de rede de proteção esportiva confeccionada em fio poliéster 3,0 mm.
- Malha reforçada de 10 cm.
- Cor preta.
- Material novo, íntegro e adequado ao uso esportivo contínuo.
- Compatibilidade com as dimensões, alturas e extensões indicadas nos levantamentos e plantas constantes do processo.
- Resistência mecânica compatível com a finalidade de contenção de bolas e com a incidência de impactos repetitivos próprios da utilização esportiva.
- Acabamento uniforme, com nós e malhas regulares, sem falhas de fabricação que comprometam a segurança, a instalação ou o desempenho do produto.
- Ausência de rasgos, deformações, desgastes prematuros, emendas inadequadas ou quaisquer defeitos que reduzam a vida útil ou a capacidade de contenção.

2. Requisitos operacionais obrigatórios

- Fornecimento em quantitativo e metragem compatíveis com a estimativa definida no processo e com a distribuição por local de atendimento.
- Entrega do material em condições de acondicionamento e transporte que preservem sua integridade física até o recebimento.
- Compatibilidade do produto com instalação nos trechos previstos para o Ginásio Municipal, a Quadra da Olaria e a Quadra do Ibaré, consideradas as estruturas e os pontos de fixação existentes informados no processo.
- Identificação suficiente do material entregue, de modo a permitir conferência de metragem, especificação do fio, padrão da malha e condições gerais do produto.
- Fornecimento sem mistura de materiais diversos, sem alteração do padrão especificado e sem substituição por solução de composição distinta.



Setor de Licitações

CNPJ 88.201.298/0001-49

Rua Cel. Meza, 373 - Centro, Cx. Postal 05 - Lavras do Sul/RS, 97390-000

(55) 3282 1658 | comliclavrasdosul@gmail.com

www.lavrasdosul.rs.gov.br

3. Requisitos de desempenho obrigatórios

- Capacidade de atuar como barreira de contenção perimetral, reduzindo a projeção de bolas para fora da área de jogo.
- Durabilidade compatível com o uso esportivo contínuo e com as condições normais de utilização dos ambientes atendidos.
- Manutenção simples, com possibilidade de acompanhamento por inspeções periódicas e intervenções pontuais quando necessárias.
- Baixa propensão à substituição precoce, desde que observadas condições normais de instalação e uso.
- Desempenho compatível com a preservação da segurança dos usuários e da funcionalidade dos espaços esportivos.

4. Requisitos de recebimento e aceitação

- Conferência do material entregue quanto à integridade física, metragem, espessura do fio, malha, cor e conformidade com a especificação técnica definida.
- Recusa de itens em desacordo com o padrão estabelecido no processo ou que apresentem defeitos, avarias ou inconsistências dimensionais relevantes.
- Aceitação condicionada à aderência do produto às características técnicas mínimas da contratação.

5. Requisitos normativos e de conformidade

- Atendimento às especificações técnicas constantes deste Termo de Referência e dos documentos técnicos que integram o processo.
- Observância das condições usuais de fornecimento aplicáveis ao objeto, inclusive quanto à adequação do material à finalidade a que se destina.
- Apresentação de produto compatível com o uso pretendido, sem afronta às normas legais e regulamentares pertinentes ao fornecimento de bens à Administração.

6. Requisitos de sustentabilidade

- Fornecimento de material com vida útil compatível com a finalidade de uso, contribuindo para redução de desperdícios e de substituições frequentes.
- Acondicionamento compatível com a preservação do produto e com a minimização de danos decorrentes de transporte e manuseio.
- Destinação adequada de sobras e resíduos de embalagem gerados pelo fornecimento, quando aplicável.

7. Requisitos desejáveis

- Maior resistência ao desgaste decorrente de uso contínuo em ambiente esportivo.
 - Padronização visual uniforme entre os materiais destinados aos três locais atendidos.
 - Embalagem que facilite armazenamento temporário e manuseio sem comprometer a integridade das redes.
- Os requisitos acima concentram-se no padrão do material, na compatibilidade dimensional, na resistência mecânica, na integridade do produto e na aptidão ao uso esportivo contínuo, por serem os elementos indispensáveis ao atendimento da necessidade administrativa.

Não integram a contratação exigências não relacionadas diretamente ao desempenho e à segurança da solução.

5. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO



Setor de Licitações

CNPJ 88.201.298/0001-49

Rua Cel. Meza, 373 - Centro, Cx. Postal 05 - Lavras do Sul/RS, 97390-000

(55) 3282 1658 | comliclavrasdosul@gmail.com

www.lavrasdosul.rs.gov.br

O valor estimado da contratação é de R\$ 41.880,00, correspondente ao fornecimento de redes de proteção esportiva confeccionadas em fio poliéster 3,0 mm, com malha reforçada de 10 cm, na cor preta, para atendimento da necessidade identificada nas quadras do Ginásio Municipal, da Quadra da Olaria e da Quadra do Ibaré, conforme quantitativos e especificações constantes do processo.

A estimativa foi integrada à instrução processual a partir dos elementos técnicos já definidos para o objeto, especialmente a especificação do material, o quantitativo global apurado e as condições necessárias ao atendimento da demanda, com demonstração da metodologia adotada, da memória de cálculo e dos valores considerados para a composição do montante estimado.

O valor estimado possui caráter referencial para fins de planejamento da contratação, análise de compatibilidade econômica da solução escolhida e suporte à instrução do processo, em conformidade com os parâmetros do art. 23 da Lei nº 14.133/2021.

A metodologia e os valores estimados estão detalhados no anexo "Pesquisa de Preços", elaborado para demonstrar a composição do valor estimado da contratação, nos termos do art. 23 da Lei no 14.133/2021.

6. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

O modelo de execução do objeto compreende o fornecimento das redes de proteção esportiva especificadas no processo, com entrega compatível com os quantitativos, dimensões e características técnicas definidos para atendimento das quadras do Ginásio Municipal, da Quadra da Olaria e da Quadra do Ibaré.

A execução desenvolve-se de forma sequencial, com início na formalização da contratação, passando pela separação, acondicionamento, transporte, entrega e conferência do material, até o recebimento definitivo e o encerramento das obrigações de fornecimento.

Fluxo de execução:

- **Formalização da contratação e emissão da autorização de fornecimento:** a execução inicia-se com a formalização do ajuste e a emissão do documento que autoriza o fornecimento, no qual constam o objeto, os quantitativos, os locais de entrega e as condições de recebimento.
- **Preparação do material pela contratada:** a contratada providencia a separação das redes conforme a especificação contratada, assegurando fio poliéster 3,0 mm, malha reforçada de 10 cm, cor preta, integridade física, acabamento uniforme e metragem compatível com o processo.
- **Acondicionamento e transporte:** o material é acondicionado de modo a preservar sua integridade durante o deslocamento, evitando rasgos, deformações, umidade excessiva, contaminações ou danos que prejudiquem o uso e a conferência.
- **Entrega nos locais indicados:** a contratada realiza a entrega nos locais e condições definidos no instrumento contratual ou documento equivalente, observando o prazo de execução estabelecido para o fornecimento.
- **Recebimento provisório ou conferência inicial:** a Administração realiza a verificação quantitativa e qualitativa inicial do material entregue, com conferência de metragem, espessura do fio, padrão da malha, cor, integridade e correspondência com a especificação técnica.
- **Saneamento de inconformidades:** havendo divergência, avaria, insuficiência de metragem, defeito de fabricação ou desconformidade técnica, o material é recusado no todo ou em parte, com registro da ocorrência para substituição, complementação ou correção pela contratada, sem prejuízo das demais condições pactuadas.



Setor de Licitações

CNPJ 88.201.298/0001-49

Rua Cel. Meza, 373 - Centro, Cx. Postal 05 - Lavras do Sul/RS, 97390-000

(55) 3282 1658 | comliclavrasdosul@gmail.com

www.lavrasdosul.rs.gov.br

- **Recebimento definitivo:** constatada a conformidade integral do objeto com as especificações do processo, formaliza-se o recebimento definitivo, caracterizando o aceite do fornecimento.
- **Encerramento da execução contratual:** a execução encerra-se com o aceite definitivo do material, o registro do recebimento e a quitação das obrigações de fornecimento, mantidas as responsabilidades legais e contratuais aplicáveis à qualidade do objeto entregue.

Responsáveis e interfaces:

Etapa	Responsável principal	Interface da Administração
Formalização e autorização	Administração	Definição dos quantitativos, locais de entrega e condições de recebimento
Separação e preparo do material	Contratada	Disponibilização das especificações e documentos técnicos constantes do processo
Acondicionamento e transporte	Contratada	Acompanhamento do prazo e das condições de entrega
Entrega	Contratada	Recepção do material nos locais indicados
Conferência inicial	Administração	Verificação quantitativa e qualitativa do objeto entregue
Correção de inconformidades	Contratada	Registro da ocorrência e nova conferência após regularização
Recebimento definitivo	Administração	Formalização do aceite e encerramento da etapa de fornecimento

Prazos e marcos de execução: os prazos de entrega, substituição e regularização das inconformidades observam aqueles fixados no instrumento convocatório, na contratação e na respectiva autorização de fornecimento.

Constituem marcos da execução: a formalização da contratação, a emissão da autorização de fornecimento, a entrega do material, a conclusão da conferência inicial, a eventual regularização de pendências e o recebimento definitivo.

Critérios de aceite: o objeto é aceite quando atendidos, de forma cumulativa, os seguintes critérios:

- correspondência integral entre o material entregue e a especificação contratada;
- fio poliéster 3,0 mm, malha reforçada de 10 cm e cor preta, sem substituição por material diverso;
- metragem e dimensões compatíveis com os quantitativos e levantamentos constantes do processo;
- integridade física do produto, sem rasgos, deformações, falhas de malha, nós comprometidos, emendas inadequadas ou defeitos de fabricação;
- acabamento uniforme e resistência compatível com o uso esportivo contínuo;
- entrega em condições adequadas de acondicionamento, preservando a qualidade do material até o recebimento.

O recebimento definitivo não afasta a verificação posterior de vícios ocultos, defeitos de fabricação ou inadequações de qualidade identificadas após a conferência inicial, permanecendo exigível a regularização do objeto quando constatada desconformidade atribuível ao fornecimento.



Setor de Licitações

CNPJ 88.201.298/0001-49

Rua Cel. Meza, 373 - Centro, Cx. Postal 05 - Lavras do Sul/RS, 97390-000

(55) 3282 1658 | comliclavrasdosul@gmail.com

www.lavrasdosul.rs.gov.br

Instalação e utilização do material: considerando que a solução adotada concentra-se no fornecimento das redes de proteção esportiva, a instalação constitui etapa operacional vinculada à aplicação do material nos trechos definidos pelos levantamentos e plantas do processo, observadas as alturas previstas e os pontos de fixação existentes.

Essa etapa mantém interface direta com a conferência das dimensões entregues, uma vez que a adequação métrica e a integridade do material condicionam a correta utilização das redes no sistema de contenção perimetral.

Treinamento e suporte: não há exigência de treinamento específico, por se tratar de objeto de fornecimento material com aplicação conhecida e de baixa complexidade operacional.

Também não se caracteriza suporte técnico continuado como parcela autônoma da contratação.

Permanecem, contudo, as obrigações da contratada relacionadas à substituição ou correção de itens recusados ou entregues em desconformidade com as especificações do processo.

Condições de encerramento: a execução do objeto considera-se concluída com a entrega integral do material, a superação de eventuais inconformidades, a formalização do recebimento definitivo e o registro de que o objeto foi fornecido em conformidade com os requisitos técnicos, quantitativos e qualitativos estabelecidos. Nessas condições, o resultado esperado consiste na disponibilização de redes aptas à recomposição da proteção perimetral das quadras atendidas, com padrão técnico adequado à segurança e à funcionalidade dos espaços esportivos municipais.

7. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

O modelo de gestão contratual está estruturado para assegurar o acompanhamento sistemático do fornecimento das redes de proteção esportiva, com foco na conformidade técnica do material entregue, no cumprimento dos prazos pactuados, na rastreabilidade das ocorrências e na adoção tempestiva de medidas corretivas quando identificadas falhas de execução.

1. Agentes responsáveis pela gestão e fiscalização

- **Gestor do contrato:** responsável pelo acompanhamento administrativo da execução, pelo controle dos prazos contratuais, pela verificação do cumprimento das condições ajustadas, pela consolidação dos registros de fiscalização e pelo encaminhamento das ocorrências para decisão administrativa.
- **Fiscal técnico do contrato:** responsável pela verificação material do objeto entregue, com conferência de metragem, espessura do fio, padrão da malha, cor, integridade física, acabamento e aderência às especificações constantes do processo.
- **Fiscal administrativo, quando designado:** responsável pelo apoio ao controle documental da execução, especialmente quanto a registros de entrega, aceite, comunicações formais, eventuais notificações e demais documentos relacionados ao acompanhamento contratual.

A atuação dos agentes designados ocorre de forma integrada, com segregação de atribuições entre gestão administrativa e fiscalização da execução, de modo a permitir controle suficiente sobre o fornecimento, o recebimento e a aceitação do objeto.

2. Forma de acompanhamento e monitoramento da execução

O monitoramento da execução é realizado por meio de controles objetivos, vinculados às etapas de entrega e recebimento do material, compreendendo, no mínimo:



Setor de Licitações

CNPJ 88.201.298/0001-49

Rua Cel. Meza, 373 - Centro, Cx. Postal 05 - Lavras do Sul/RS, 97390-000

(55) 3282 1658 | comliclavrasdosul@gmail.com

www.lavrasdosul.rs.gov.br

- verificação do cumprimento do prazo de entrega estabelecido no instrumento contratual;
- conferência física do quantitativo entregue, em correspondência com o pedido e com os quantitativos definidos no processo;
- inspeção visual e técnica do material, com verificação de integridade, ausência de rasgos, deformações, emendas inadequadas ou falhas de fabricação;
- confirmação da conformidade da rede quanto ao fio poliéster 3,0 mm, malha reforçada de 10 cm e cor preta;
- registro de ocorrências, inconsistências, recusas parciais ou totais e medidas corretivas adotadas;
- controle do recebimento provisório, quando cabível, e do recebimento definitivo após a constatação de conformidade do objeto.

O acompanhamento contratual considera, ainda, as condições de acondicionamento e transporte, de modo a verificar se o material foi entregue sem avarias decorrentes de manuseio inadequado, compressão excessiva, exposição indevida ou outros fatores que comprometam sua utilização.

3. Indicadores de desempenho da execução contratual

Indicador	Critério de apuração	Meta de referência
Índice de entrega no prazo	Percentual de entregas realizadas dentro do prazo contratual	100%
Índice de conformidade técnica	Percentual do material entregue em conformidade com fio, malha, cor, metragem e integridade	100%
Índice de aceitação no primeiro recebimento	Percentual de itens aceitos sem necessidade de substituição ou ajuste	Mínimo de 95%
Índice de não conformidades	Quantidade de ocorrências de desconformidade em relação ao total fornecido	Máximo de 5%
Tempo de saneamento de inconformidades	Prazo gasto para substituir ou regularizar item recusado, contado da notificação formal	Conforme SLA contratual

Os indicadores possuem caráter gerencial e fiscalizatório, servindo de base para o registro da qualidade da execução, para a aceitação do objeto e para a fundamentação de eventuais medidas administrativas decorrentes de descumprimento contratual.

4. Níveis de serviço mínimos aplicáveis à execução

- **Prazo de entrega:** cumprimento integral do prazo previsto no contrato, contado na forma estabelecida no instrumento convocatório e contratual.
- **Conformidade do material:** entrega integral do objeto com observância das especificações técnicas definidas no processo, sem substituição de composição, fio, malha ou padrão diverso do contratado.
- **Integridade do produto:** fornecimento do material em condições adequadas de uso, sem defeitos, avarias ou falhas que prejudiquem a instalação e a capacidade de contenção.
- **Regularização de falhas:** substituição ou complementação do material recusado no prazo fixado em notificação do fiscal ou gestor, observado o que constar do contrato.



• **Comunicação com a Administração:** atendimento tempestivo às notificações e apresentação de resposta formal sobre ocorrências registradas, quando solicitado.

O descumprimento dos níveis mínimos de serviço caracteriza inadequação da execução e enseja o registro de ocorrência contratual, sem prejuízo da adoção das medidas de saneamento e das sanções cabíveis.

5. Procedimentos de fiscalização, recebimento e registro

A fiscalização observa fluxo de controle compatível com a natureza do objeto, abrangendo:

- registro do recebimento da entrega, com identificação do quantitativo apresentado;
- conferência física e técnica do material pelo fiscal designado;
- anotação das conformidades e inconformidades verificadas;
- aceite do material conforme, com encaminhamento para recebimento definitivo, quando cabível;
- recusa motivada, parcial ou total, dos itens em desacordo;
- notificação da contratada para substituição, complementação ou regularização;
- nova conferência após o saneamento da ocorrência.

Os registros de fiscalização são formalizados em documento próprio ou anotação administrativa equivalente, contendo, no mínimo, data da entrega, descrição do material recebido, resultado da conferência, ocorrências verificadas, providências adotadas e identificação do responsável pelo acompanhamento.

6. Tratamento de não conformidades

Considera-se não conformidade qualquer divergência entre o objeto entregue e as especificações, quantidades, condições de integridade ou prazos ajustados, incluindo, entre outras hipóteses:

- entrega fora do prazo contratual;
- metragem inferior à contratada;
- fornecimento de material com fio, malha, cor ou composição em desacordo com o definido no processo;
- presença de rasgos, deformações, emendas inadequadas, desgaste anormal ou falhas de fabricação;
- entrega de quantitativo incompleto;
- avarias decorrentes de acondicionamento ou transporte inadequados.

Identificada a não conformidade, é lavrado registro da ocorrência, com descrição objetiva da falha, indicação do item afetado e definição do prazo para saneamento.

O material em desacordo não integra o recebimento definitivo e pode ser recusado no todo ou em parte, até que haja substituição ou regularização satisfatória.

Quando a irregularidade comprometer a utilidade do objeto ou revelar descumprimento relevante das obrigações contratuais, o gestor do contrato promove o encaminhamento da ocorrência para apuração e aplicação das medidas administrativas pertinentes.

7. Relatórios e rotinas de controle

A gestão contratual é instruída com relatórios sintéticos de acompanhamento, emitidos ao menos nas etapas essenciais da execução, contendo:

- identificação do contrato e da contratada;
- situação do prazo de entrega;
- quantitativos entregues e conferidos;
- resultado da verificação de conformidade técnica;
- registro das ocorrências e das notificações expedidas;
- informação sobre aceitação, recusa, substituição ou complementação do material;



Setor de Licitações

CNPJ 88.201.298/0001-49

Rua Cel. Meza, 373 - Centro, Cx. Postal 05 - Lavras do Sul/RS, 97390-000

(55) 3282 1658 | comliclavrasdosul@gmail.com

www.lavrasdosul.rs.gov.br

- conclusão quanto à execução satisfatória ou existência de pendências.

Os relatórios subsidiam o atesto do recebimento, a instrução de pagamento, quando cabível, e a eventual instauração de procedimento para responsabilização contratual, sempre com base em evidências documentadas pela fiscalização.

8. Gatilhos para aplicação de sanções

Constituem gatilhos objetivos para avaliação de aplicação das sanções administrativas previstas no instrumento contratual e na legislação pertinente, entre outros:

- atraso injustificado na entrega do objeto;
- reincidência de entrega de material em desacordo com as especificações técnicas;
- não substituição ou não regularização do material recusado no prazo fixado pela Administração;
- inexecução parcial caracterizada pelo fornecimento incompleto ou inadequado do objeto;
- inexecução total, quando não houver entrega útil do material contratado;
- omissão reiterada no atendimento às notificações da fiscalização;
- conduta que comprometa a finalidade da contratação, a segurança de uso ou a adequada aceitação do objeto.

A gradação da resposta administrativa observa a natureza e a extensão da irregularidade verificada, os registros de reincidência, o impacto da falha sobre a execução e o efetivo prejuízo à Administração, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

9. Critério de aceite para fins de encerramento da execução

A execução é considerada satisfatória quando o fornecimento ocorrer no prazo pactuado, no quantitativo contratado e em conformidade integral com as especificações técnicas do objeto, especialmente quanto ao fio poliéster 3,0 mm, malha reforçada de 10 cm, cor preta, metragem, integridade física e condições adequadas de uso.

Persistindo pendências, o contrato permanece sob acompanhamento até a regularização completa ou adoção das medidas administrativas cabíveis.

8. ENTREGA, RECEBIMENTO E DE PAGAMENTO

A entrega do objeto ocorre de forma integral, no local indicado pela Administração para recebimento, em dias úteis e no horário de expediente, acompanhada da documentação fiscal e dos elementos mínimos necessários à conferência do material. A entrega deve ser feita no seguinte endereço: Rua Dr. Pires, 365 – Centro.

O fornecimento compreende redes de proteção esportiva confeccionadas em fio poliéster 3,0 mm, malha reforçada de 10 cm, na cor preta, em conformidade com as dimensões, quantitativos e especificações técnicas constantes do processo.

No ato da entrega, o material é apresentado em condições adequadas de acondicionamento e transporte, preservando sua integridade física até o recebimento.

A contratada apresenta, no mínimo, os seguintes documentos:

- nota fiscal correspondente ao fornecimento;
- documento de identificação do material entregue, com descrição compatível com o objeto contratado;



Setor de Licitações

CNPJ 88.201.298/0001-49

Rua Cel. Meza, 373 – Centro, Cx. Postal 05 – Lavras do Sul/RS, 97390-000

(55) 3282 1658 | comliclavrasdosul@gmail.com

www.lavrasdosul.rs.gov.br

- quando cabível, informação de metragem, especificação do fio, padrão da malha e demais elementos necessários à conferência do produto.

O recebimento provisório consiste na conferência inicial do quantitativo entregue, da integridade física do material, do acondicionamento, da compatibilidade aparente com a nota fiscal e da ausência de avarias visíveis.

Essa etapa não implica aceitação definitiva do objeto, servindo apenas para registro da entrega e início da verificação técnica de conformidade.

O recebimento definitivo ocorre após a verificação do atendimento integral às especificações da contratação, com conferência da metragem, espessura do fio, padrão da malha, cor, acabamento, integridade dos nós e malhas, bem como da adequação do material ao uso esportivo contínuo.

O aceite definitivo fica condicionado à plena conformidade do produto com o objeto contratado.

São passíveis de recusa, total ou parcial, os materiais que apresentem, entre outras inconformidades:

- especificação diversa da contratada;
- fio, malha, cor ou acabamento em desacordo com o padrão definido;
- rasgos, deformações, emendas inadequadas, desgaste, avarias ou falhas de fabricação;
- metragem insuficiente ou divergência relevante de quantitativo;
- qualquer condição que comprometa a resistência, a durabilidade ou a funcionalidade da rede de proteção.

Em caso de rejeição, a contratada promove a substituição, complementação ou regularização do material recusado, sem ônus adicional para a Administração e sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, quando caracterizado descumprimento contratual.

O prazo para saneamento observa o instrumento contratual ou a comunicação formal da Administração, mantendo-se suspenso o aceite definitivo da parcela irregular.

Não se exige garantia contratual de execução, sem prejuízo da garantia legal aplicável ao fornecimento, da responsabilidade da contratada pela qualidade, integridade e adequação do material entregue e da obrigação de substituir itens que apresentem vícios, defeitos ou desconformidades constatados no recebimento ou dentro do prazo legal.

O pagamento é efetuado após o recebimento definitivo do objeto ou da parcela regularmente aceita, mediante atesto da fiscalização ou do setor competente e apresentação da respectiva nota fiscal, observados os prazos estabelecidos no instrumento convocatório e no ajuste firmado.

A liquidação da despesa fica condicionada à comprovação da execução regular do fornecimento e à conformidade da documentação apresentada.

Para fins de pagamento, a nota fiscal é emitida sem rasuras, com descrição compatível com o objeto contratado, quantitativos efetivamente entregues e demais informações exigidas pela Administração.

Havendo erro, omissão, divergência de valores, irregularidade documental ou qualquer situação que impeça a liquidação da despesa, o prazo de pagamento fica interrompido até a regularização.

Incidem, quando cabíveis, as retenções tributárias e legais previstas na legislação aplicável.

O pagamento considera exclusivamente os quantitativos efetivamente recebidos em definitivo e atestados pela Administração, admitindo-se glosa, total ou parcial, nas hipóteses de:

- entrega em desacordo com as especificações técnicas;
- fornecimento incompleto ou com quantitativo inferior ao contratado;
- existência de defeitos, avarias ou vícios que comprometam a aceitação do material;



• descumprimento de condições previstas no ajuste que repercutam diretamente na liquidação da despesa. Na ocorrência de glosa, o pagamento fica limitado à parcela efetivamente aceita, sem prejuízo da obrigação de regularização do fornecimento rejeitado.

Não há pagamento antecipado.

O desembolso observa a ordem cronológica aplicável e a disponibilidade orçamentária já existente no processo, mediante regular liquidação da despesa.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

A seleção do fornecedor observa a proposta mais vantajosa para a Administração, com julgamento pelo menor preço, desde que atendidas integralmente as especificações técnicas e os requisitos de qualidade definidos para o objeto.

A escolha recai sobre proposta compatível com o fornecimento de redes de proteção esportiva em fio poliéster 3,0 mm, malha reforçada de 10 cm, na cor preta, nas dimensões e quantitativos constantes do processo, vedada a aceitação de material de composição diversa ou com padrão inferior ao estabelecido.

A análise das propostas considera, de forma objetiva, os seguintes critérios de julgamento:

- compatibilidade integral do produto ofertado com a especificação técnica do objeto;
- atendimento às dimensões, quantitativos e características de desempenho exigidos no Termo de Referência;
- apresentação de preço exequível e compatível com o objeto contratado;
- observância das condições de entrega, acondicionamento e integridade do material;
- ausência de vícios, defeitos de fabricação ou inconsistências que comprometam a resistência, a durabilidade ou a funcionalidade da rede de proteção.

Não se admite proposta que apresente material alternativo ao fio poliéster 3,0 mm, malha de 10 cm, cor preta, nem solução que descaracterize o objeto definido no processo.

Também não se admite proposta com especificações genéricas, incompletas ou insuficientes para comprovar aderência ao padrão mínimo exigido.

A habilitação do fornecedor limita-se aos requisitos efetivamente necessários à contratação, nos seguintes termos:

- **Habilitação jurídica:** comprovação de existência jurídica do licitante ou contratado, com ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, conforme a natureza jurídica da empresa, além dos documentos de representação aplicáveis.
- **Regularidade fiscal, social e trabalhista:** prova de inscrição no cadastro fiscal pertinente, regularidade perante a Fazenda Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede, regularidade relativa ao FGTS e inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, na forma da legislação aplicável.

Em razão da natureza do objeto, caracterizado como fornecimento de material com especificação técnica objetiva e padronizada, não se estabelece exigência de qualificação técnica adicional, além da conformidade da proposta com as especificações do Termo de Referência e da verificação do material no recebimento.

A aceitabilidade da proposta permanece condicionada à plena aderência ao objeto, e o recebimento do material observa conferência de metragem, espessura do fio, padrão da malha, cor, integridade física e condições gerais do produto, com recusa de itens em desacordo com a especificação contratada.



Setor de Licitações

CNPJ 88.201.298/0001-49

Rua Cel. Meza, 373 - Centro, Cx. Postal 05 - Lavras do Sul/RS, 97390-000

(55) 3282 1658 | comliclavrasdosul@gmail.com

www.lavrasdosul.rs.gov.br

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

A dotação orçamentária para suportar as despesas decorrentes da contratação pretendida será:

ÓRGÃO: 16 – SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER

UNIDADE 16.01 – MANUT SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER

16.01.27.812.0212.2.163 – MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER

5553 4.4.90.52.00.00.00.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE RECURSO 2706.1213

Lavras do Sul, 03 de julho de 2026

Paulo Sérgio Correa Marques
SECRETÁRIO



Setor de Licitações

CNPJ 88.201.298/0001-49

Rua Cel. Meza, 373 – Centro, Cx. Postal 05 – Lavras do Sul/RS, 97390-000

(55) 3282 1658 | comliclavrasdosul@gmail.com

www.lavrasdosul.rs.gov.br

ANEXO II – MINUTA DE CONTRATO

CONTRATO DE N.º XXX/2026, REFERENTE AO PROCESSO N.º 048/2026, PREGÃO ELETRÔNICO N.º 21/2026.

O **MUNICÍPIO DE LAVRAS DO SUL/RS**, inscrito no CNPJ sob o n.º 88.201.298/0001-49, com sua sede administrativa na Rua Cel. Meza, n.º 373, Centro, Lavras do Sul/RS, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Renan Leal Delabary, brasileiro, divorciado, leiloeiro, portador do RG n.º 1084316569, e CPF n.º 013.862.060-16, doravante denominado **CONTRATANTE**, e de outro lado a empresa _____, pessoa jurídica de direito privado, estabelecida na _____, com CNPJ sob o n.º _____, representada por _____, inscrito no CPF sob o n.º _____ e portador do RG n.º _____, doravante denominada **CONTRATADA**, têm justo e acordado o presente instrumento, proveniente de processo administrativo originário da modalidade **Pregão Eletrônico n.º 021/2026**, homologado pelo representante do **CONTRATANTE** em data de XX/XX/2026, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – FUNDAMENTAÇÃO:

1.1. Este contrato é fundamentado no procedimento realizado pelo **CONTRATANTE** através do **Edital de Licitação n.º 048/2026, Pregão Eletrônico n.º 021/2026** e na proposta vencedora, conforme termos de homologação e de adjudicação datados de [...], e se regerá pelas cláusulas aqui previstas, bem como pelas normas da Lei Federal n.º 14.133/2021, suas alterações e demais dispositivos legais aplicáveis, inclusive os regulamentos editados pelo **CONTRATANTE**.

CLÁUSULA SEGUNDA – OBJETO

2.1. Pregão eletrônico para aquisição de redes de proteção esportiva confeccionadas em fio poliéster 3,0 mm, com malha reforçada de 10 cm, na cor preta, destinadas à contenção de bolas e à recomposição da proteção perimetral das quadras do Ginásio Municipal, da Quadra da Olaria e da Quadra do Ibaré, em conformidade com as dimensões e especificações técnicas definidas no processo, através de recurso oriundo de Emenda Parlamentar De Transferência Especial cadastrada no Transferegov sob nº 202328730002, de autoria do Deputado Federal MAURÍCIO DZIEDRICKI, pela **CONTRATADA**, conforme proposta vencedora.

ITEM DO TR	EMPRESA ENDEREÇO CNPJ					
	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	MARCA (SE EXIGIDA NO EDITAL)	MODELO (SE EXIGIDO NO EDITAL)	UND.	QUANT.	VALOR UNIT.
X						
VALOR TOTAL:						

CLÁUSULA TERCEIRA – PRAZO, FORMA E LOCAL DE ENTREGA:

3.1. O prazo para fornecimento do objeto é de 15 dias úteis, contados da assinatura do presente contrato, recebimento da ordem de fornecimento ou da nota de empenho correspondente, emitida pelo **CONTRATANTE**.



Setor de Licitações

CNPJ 88.201.298/0001-49

Rua Cel. Meza, 373 - Centro, Cx. Postal 05 - Lavras do Sul/RS, 97390-000

(55) 3282 1658 | comliclavrasdosul@gmail.com

www.lavrasdosul.rs.gov.br

3.2. A vigência deste contrato será pelo período de 12 meses, com início em ____/____/____ e término em ____/____/____. A garantia terá validade de (...) meses, com início em ____/____/____ e término em ____/____/____.

3.3. O objeto deverá ser entregue de acordo com previsto no edital e na proposta vencedora da licitação, no seguinte local: Rua Pires Porto, 365 – Centro.

3.4. Este contrato poderá ser prorrogado por igual período, mediante demonstração de que as condições e os preços permanecem vantajosos para o **CONTRATANTE**, sendo permitidas eventuais negociações entre as partes.

CLÁUSULA QUARTA – VALOR:

4.1. O valor a ser pago pelo fornecimento do objeto do presente contrato é de R\$ [...], conforme a proposta da **CONTRATADA** vencedora da licitação.

CLÁUSULA QUINTA – PAGAMENTO:

5.1. O pagamento do objeto licitado será efetuado pela Tesouraria do Município de LAVRAS DO SUL, situada na Rua Cel. Meza, n.º 373 – centro, em Lavras do Sul/RS, mediante a entrega do objeto, a apresentação de nota fiscal e aprovação da fiscalização do **CONTRATANTE**.

5.2. O pagamento correrá 25 dias úteis contados da apresentação da nota fiscal. Se o término desse prazo coincidir com dia não útil, considerar-se-á como vencimento o primeiro dia útil imediatamente posterior.

CLÁUSULA SEXTA – RECURSO FINANCEIRO:

6.1. As despesas do presente contrato correrão à conta da dotação orçamentária anexada neste processo:

16.01.27.612.0212.2.163 – Manutenção da Secretaria de Esporte e Lazer, natureza da despesa **4.4.90.52.00.00.00.00 – Equipamentos e Material Permanente**, vinculada ao recurso **2706.0000 – Superávit Financeiro**

CLÁUSULA SÉTIMA – ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA:

7.1. Ocorrendo atraso no pagamento, os valores serão atualizados monetariamente pelo índice [IPCA] do período, ou outro índice que vier a substituí-lo, acrescido de juros de 0,5% (meio por cento) ao mês, calculados pro rata die, até o efetivo pagamento.

CLÁUSULA OITAVA – REAJUSTAMENTO:

8.1. O valor relativo ao objeto contratado será reajustado a contar da data-base vinculada à data do orçamento estimado, mediante utilização do índice IPCA.

CLÁUSULA NONA – REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO:

9.1. Diante da ocorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis que venham a inviabilizar a execução do contrato nos termos inicialmente pactuados, será possível a alteração dos valores pactuados visando o restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro, mediante a correspondente comprovação da ocorrência e do impacto gerado, respeitando-se a repartição objetiva de risco estabelecida.

9.2. O reequilíbrio econômico-financeiro poderá ser indicado pelo **CONTRATANTE** ou solicitado pela **CONTRATADA**.



9.3. Em sendo solicitado o reequilíbrio econômico-financeiro, o **CONTRATANTE** responderá ao pedido dentro do prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis contados da data do protocolo correspondente, devidamente instruído da documentação suporte.

9.4. Dentro do prazo previsto no item 9.3. o **CONTRATANTE** poderá requerer esclarecimentos e realizar diligências junto a **CONTRATADA** ou a terceiros, hipótese em que o prazo para resposta será suspenso.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA DECLARAÇÃO:

10.1. A **CONTRATADA** declara, por esta e na melhor forma de direito, estar devidamente habilitada para fornecer os itens licitados, assumindo, em consequência, todos os riscos e obrigações decorrentes deste contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE:

São obrigações do **CONTRATANTE**:

11.1. Efetuar o devido pagamento à **CONTRATADA**, conforme definido neste contrato.

11.2. Assegurar à **CONTRATADA** as condições necessárias à regular execução do contrato.

11.3. Determinar as providências necessárias quando o fornecimento do objeto não observar a forma estipulada no edital e neste contrato, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, quando for o caso.

11.4. Designar servidor pertencente ao quadro para ser responsável pelo acompanhamento e fiscalização da execução do objeto deste contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

São obrigações da **CONTRATADA**:

12.1. Fornecer o objeto de acordo com as especificações, quantidade e prazos do edital e deste contrato, bem como nos termos da sua proposta.

12.2. Responsabilizar-se pela integralidade dos ônus, dos tributos, dos emolumentos, dos honorários e das despesas incidentes sobre o objeto contratado, bem como por cumprir todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias e acidentárias relativas aos empregados que utilizar para a execução do objeto, inclusive as decorrentes de convenções, acordos ou dissídios coletivos.

12.3. Manter durante a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, apresentando, mensalmente, cópia das guias de recolhimento das contribuições para o FGTS e o INSS relativas aos empregados alocados para a execução do contrato, bem como da certidão negativa de débitos trabalhistas (CNDT).

12.4. Cumprir as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz.

12.5. Zelar pelo cumprimento, por parte de seus empregados, das normas do Ministério do Trabalho, cabendo à **CONTRATADA** o fornecimento de equipamentos de proteção individual (EPI) e quaisquer outros insumos necessários à prestação dos serviços.

12.5. Responsabilizar-se por todos os danos causados por seus funcionários ao **CONTRATANTE** e/ou terceiros, decorrentes de culpa ou dolo, devidamente apurados mediante processo administrativo, quando da execução do objeto contratado.

12.6. Reparar e/ou corrigir, às suas expensas, as entregas em que for verificado vício, defeito ou incorreção resultante da execução do objeto em desacordo com o pactuado.



12.7. Executar as obrigações assumidas no presente contrato por seus próprios meios, não sendo admitida a subcontratação, salvo expressa autorização do **CONTRATANTE**.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO:

13.1. A gestão e a fiscalização do contrato serão feitas observando as regras do Decreto Municipal n.º 3.551/2023 que “Regulamenta as funções do agente de contratação, da equipe de apoio e da comissão de contratação, suas atribuições e funcionamento, a fiscalização e a gestão dos contratos, e a atuação da assessoria jurídica e do controle interno no âmbito do Município de Lavras do Sul, nos termos da Lei Federal n.º 14.133/2021”.

13.2. A gestão do contrato ficará a cargo do **PREFEITO MUNICIPAL**.

13.3. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelos seguintes servidores:

Isaac Barcelos – lotado na Secretaria de Esportes;

13.4. Dentre as responsabilidades do fiscal está a necessidade de anotar, em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, inclusive quando de seu fiel cumprimento, determinando o que for necessário para a regularização de eventuais faltas ou defeitos observados.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – RECEBIMENTO DO OBJETO:

14.1. O objeto do presente contrato será recebido:

14.1.1. Provisoriamente, de forma sumária, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, designado pelo **CONTRATANTE**, com verificação posterior da conformidade do material com as exigências contratuais. O recebimento provisório deverá ocorrer em até [...] dias úteis da entrega do objeto, pela **CONTRATADA**, mediante recibo.

14.1.2. Definitivamente por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante assinatura de termo circunstanciado comprovando o atendimento das exigências contratuais. O recebimento definitivo ocorrerá depois de transcorrido o prazo de [...] dias úteis do recebimento provisório.

14.2. O recebimento provisório ou definitivo não eximirá a **CONTRATADA** de eventual responsabilização em âmbito civil pela perfeita execução do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – PENALIDADES:

15.1. A **CONTRATADA** estará sujeita às seguintes penalidades:

15.1.1. Advertência, no caso de inexecução parcial do contrato, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

15.1.2. Multa, no percentual compreendido entre 0,5% e 30% do valor do contrato, que poderá ser cumulada com a advertência, o impedimento ou a declaração de inidoneidade de licitar ou de contratar.

15.1.3. Impedimento de licitar e de contratar como **CONTRATANTE**, pelo prazo de até 3 (três) anos, nas seguintes hipóteses:

15.1.3.1. Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano ao Município, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo.

15.1.3.2. Dar causa à inexecução total do contrato.

15.1.3.3. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame.

15.1.3.4. Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado.

15.1.3.5. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta.

15.1.3.6. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado.

15.1.4. Declaração de inidoneidade de licitar e contratar com qualquer órgão público da Administração Federal, Estadual, Distrital ou Municipal, direta ou indireta, pelo prazo de 3 (três) a 6 (seis) anos, nas seguintes situações:



Setor de Licitações

CNPJ 88.201.298/0001-49

Rua Cel. Meza, 373 - Centro, Cx. Postal 05 - Lavras do Sul/RS, 97390-000

(55) 3282 1658 | comliclavrasdosul@gmail.com

www.lavrasdosul.rs.gov.br

15.1.4.1. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato

15.1.4.2. Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato.

15.1.4.3. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza.

15.1.4.4. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação.

15.1.4.5. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

15.2. Na aplicação das sanções serão considerados:

15.2.1. A natureza e a gravidade da infração cometida.

15.2.2. As peculiaridades do caso concreto.

15.2.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes.

15.2.4. Os danos que dela provierem para o **CONTRATANTE**.

15.2.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

15.3. Na aplicação das sanções previstas nesta cláusula, será oportunizado à **CONTRATADA** defesa, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da sua intimação.

15.4. A aplicação das sanções de impedimento e de declaração de inidoneidade requererá instauração de processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão designada pelo **CONTRATANTE** composta de 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – EXTINÇÃO:

16. As hipóteses que constituem motivo para extinção contratual estão elencadas no art. 137 da Lei Federal nº 14.133/2021, que poderão se dar, após assegurados o contraditório e a ampla defesa à **CONTRATADA**.

16.1. A extinção do contrato poderá ser:

16.1.1. Determinada por ato unilateral e escrito do **CONTRATANTE**, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta.

16.1.2. Consensual, por acordo entre as partes, desde que haja interesse do **CONTRATANTE**.

16.1.3. O Município de Lavras do Sul/RS poderá rescindir o contrato, mediante comunicação expressa e com antecedência de 10 (dez) dias.

16.1.4. É vedado à **CONTRATADA** ceder ou transferir o presente contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – FORO:

17.1. As partes elegem o foro da Comarca de Lavras do Sul para dirimir quaisquer questões relacionadas ao presente contrato.

E, por estarem justos e contratados, firmam o presente instrumento em 03(três) vias de igual teor e forma.

Lavras do Sul/RS, ____ de _____ 2026.

CONTRATANTE: _____
MUNICÍPIO DE LAVRAS DO SUL/RS

CONTRATADA: _____
REPRESENTANTE



Setor de Licitações

CNPJ 88.201.298/0001-49

Rua Cel. Meza, 373 - Centro, Cx. Postal 05 - Lavras do Sul/RS, 97390-000

(55) 3282 1658 | comliclavrasdosul@gmail.com

www.lavrasdosul.rs.gov.br

ANEXO III – DECLARAÇÃO PARA CONTATO

Declaramos que o endereço do correio eletrônico (e-mail), bem como os telefones informados abaixo são válidos para o recebimento de correspondências, notificações e quaisquer contatos necessários a boa execução do processo licitatório e futuros possíveis contratos a serem realizados com a arrematante. Estamos cientes que em caso de alteração, o Município deverá ser imediatamente informado da alteração dos mesmos.

Endereço para correspondência: _____

Endereço eletrônico (e-mail): _____

Telefone: () _____

Telefone: () _____

Município de _____, _____ de _____ de 2026.

Assinatura do responsável



Setor de Licitações

CNPJ 88.201.298/0001-49

Rua Cel. Meza, 373 – Centro, Cx. Postal 05 – Lavras do Sul/RS, 97390-000

(55) 3282 1658 | comliclavrassdosul@gmail.com

www.lavrasdosul.rs.gov.br

ANEXO IV – DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DAS EXIGÊNCIAS DE RESERVA DE CARGOS PARA PESSOA COM DEFICIÊNCIA E PARA REABILITADO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

DECLARAÇÃO

A empresa _____, através de seu representante legal, Sr. _____, CPF n.º _____ (cargo na empresa: diretor, sócio-gerente, etc) **DECLARA**, para fins de direito, na qualidade de proponente da licitação instaurada pela **PREFEITURA MUNICIPAL DE LAVRAS DO SUL**, na modalidade de **Pregão Eletrônico n.º 021/2026**, que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

Por ser expressão da verdade, firma a presente.

, ____ de ____ de 2026.

Assinatura do representante legal acima qualificado e carimbo da empresa.

(Se procurador, anexar cópia da procuração autenticada ou como original, para que se proceda a autenticação)



Setor de Licitações

CNPJ 88.201.298/0001-49

Rua Cel. Meza, 373 – Centro, Cx. Postal 05 – Lavras do Sul/RS, 97390-000

(55) 3282 1658 | comliclavrasdosul@gmail.com

www.lavrasdosul.rs.gov.br

ANEXO V – DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE

DECLARAÇÃO

A empresa _____, através de seu representante legal, Sr.(a) _____, CPF n.º _____ (cargo na empresa: diretor ou sócio-gerente) **DECLARA**, para fins de direito, na qualidade de proponente da licitação instaurada pela **PREFEITURA MUNICIPAL DE LAVRAS DO SUL, Processo n.º 048/2026 – Pregão Eletrônico n.º 021/2026**, que não foi declarada **INIDÔNEA** para licitar com o **PODER PÚBLICO** em qualquer de suas esferas.

Por ser expressão da verdade, firma a presente.

Município, ____ de _____ de 2026.

Assinatura do representante legal acima qualificado e carimbo da empresa.

(Se procurador, anexar cópia da procuração autenticada ou como original, para que se proceda a autenticação)



Setor de Licitações

CNPJ 88.201.298/0001-49

Rua Cel. Meza, 373 – Centro, Cx. Postal 05 – Lavras do Sul/RS, 97390-000

(55) 3282 1658 | comliclavrassdosul@gmail.com

www.lavrasdosul.rs.gov.br